

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 21
27/08/04 - 02/09/04**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Brasil ajudará o Paraguai a combater pirataria e contratando financeiramente

O Brasil ajudará financeiramente no combate à pirataria e ao comércio de produtos falsificados no Paraguai. Segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim, poderão ser concedidos um empréstimo e a criação de um fundo compensatório para que seja contido o aumento do desemprego no país vizinho por conta do cerco às atividades de contrabando – uma das principais fontes de renda dos paraguaios. O ministro afirmou que o intuito da medida é atenuar as assimetrias comerciais entre os países, e a equipe econômica deverá viabilizar essa ajuda e financiar obras de infra-estrutura em breve. (*Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/08/2004*; *O Globo – Economia – 27/08/2004*).

Lula retornará a Nova York sem que as PPP tenham sido aprovadas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornará a Nova York, em setembro, para a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), sem que o projeto de Parcerias Público-Privadas (PPP) tenha sido aprovado no Congresso Nacional. Em junho, o presidente havia prometido aos empresários americanos a aprovação das PPP e que ela facilitaria mais ainda os investimentos no Brasil. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/08/2004*).

Governo brasileiro acompanha inspeção da exportação de camarão

Nesta semana três representantes do governo brasileiro acompanharam a visita de técnicos do Departamento de Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior dos Estados Unidos, depois de três empresas brasileiras terem sido acusadas de praticar o *dumping* na venda do camarão a este país. (O Estado de S. Paulo – Economia – 27/08/2004; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/08/04).

Faltam soldados e dinheiro para a força de paz Haiti

As forças de paz no Haiti, lideradas pelo Brasil, estão sofrendo falta de dinheiro e de soldados, impedindo a atuação sobre todo o território. Segundo o subsecretário geral da ONU, Hedi Annbi, em algumas regiões as milícias predominam e as condições de segurança estão se deteriorando. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/08/04).

Brasil busca acordos com Índia e com União Aduaneira da África Austral

O governo brasileiro deve concluir acordos comerciais com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) até o fim de 2004. Deve-se estabelecer acordos de preferências tarifárias fixas, que compreendem menos produtos e menores cortes de alíquotas que uma área de livre comércio. No dia 07 de setembro, deverá ocorrer um encontro preparatório dos negociadores do Mercosul para a reunião com os representantes indianos, que deverá ocorrer entre os dias 08, 09 e 10 de setembro. O diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Regis Arslanian, informou que o Mercosul e o governo indiano contam com a progressiva evolução das negociações para a formação de uma futura área de livre comércio. Nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, diplomatas do Mercosul reunir-se-ão com negociadores da União Aduaneira da África Austral, com vistas de concluir um acordo de preferências de tarifas até o final deste ano. (O Estado de S. Paulo – Economia – 30/08/04).

Rodada Doha tornou-se prioridade para o Itamaraty

O entrave das negociações entre o Mercosul e a União Européia (UE), o fracasso das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a finalização de uma “moldura” para as negociações agrícolas na Organização Mundial de Comércio (OMC) fizeram com que a Rodada Doha se tornasse prioridade para o Itamaraty nos últimos dois meses. Desse modo, apenas em um prazo mais distante o governo brasileiro deverá motivar o Mercosul a fechar acordos

referentes a acessos a mercados com seus parceiros comerciais. (O Estado de S. Paulo – Economia – 30/08/04).

OMC autoriza sanções contra os Estados Unidos

A Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou, no último dia 31 de agosto, a União Européia, juntamente com o México, Brasil, Chile, Canadá, Japão, Coréia do Sul e Índia a impor sanções comerciais contra os Estados Unidos por medidas antidumping ilegais ainda mantidas pelo país. A decisão da OMC estabelece que a retaliação deve ser equivalente a 72% do valor das taxas coletadas pelos Estados Unidos. Em um comunicado conjunto, os países beneficiados pela decisão informaram que não aplicarão as sanções, mas se utilizarão da decisão para pressionar o Congresso americano a rever suas leis antidumping. O Itamaraty ainda não decidiu se usará a prerrogativa, já que tradicionalmente prefere uma posição negociada, que será traçada a partir de consultas a demais órgãos do governo, entre os quais a Câmara de Comércio Exterior (Camex). (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 31/08/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 01/09/04; O Globo – Economia – 31/08/04; O Globo – Economia – 01/09/04; O Globo – Economia – 02/09/04).

Brasil lamenta expansão de assentamentos na Cisjordânia

Em um comunicado, o governo brasileiro lamentou a decisão israelense de expandir os assentamentos na Cisjordânia e destacou o fato de que esta atitude contraria as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e põe em risco os esforços para restabelecer o diálogo entre Israel e Palestina. O governo pediu ainda à comunidade internacional, e em particular a ONU, Estados Unidos, União Européia e Rússia, que pressionem as partes envolvidas a se aterem aos princípios acertados no processo de paz. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 31/08/04).

Comércio bilateral Brasil/Argentina será discutido

O governo argentino anunciou que não aceitará o livre comércio de automóveis do Mercosul previsto para entrar em funcionamento em 2006. Os assessores do presidente Néstor Kirchner alegaram que, considerando o cenário atual, com o livre comércio, o mercado argentino seria inteiramente dominado pelos veículos e autopeças brasileiros. Este assunto será discutido na reunião do próximo dia 9 de setembro, quando o Ministro da Economia argentino, Roberto Lavagna, irá a Brasília. No caso do setor de eletrodomésticos, representantes dos dois governos reuniram-se no dia 1º de agosto para redefinir os prazos de imposição das cotas às exportações brasileiras, coisa que já foi feita no setor calçadista. Além disso, o presidente brasileiro declarou ao ministro das Relações Exteriores da Argentina,

que uma comissão da Petrobrás será enviada para avaliar supostos problemas que a empresa estaria tendo para cumprir os acordos assinados com o governo argentino. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/08/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 31/08/04; O Globo – Economia – 31/08/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/08/04).

Comissário europeu adverte sobre fase difícil das negociações UE/Mercosul

O comissário europeu de comércio, Pascal Lamy, advertiu no último dia 31 de agosto que as negociações de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia (UE) atravessam uma fase difícil. Segundo ele, as atuais circunstâncias não são favoráveis à conclusão do processo até outubro, data anteriormente estipulada. Além disso, o presidente brasileiro declarou a Rafael Bielsa, ministro argentino das relações exteriores, que é melhor não esperar por um acordo Mercosul/UE plenamente satisfatório no prazo firmado atualmente. (O Globo – Economia – 01/09/04).

Brasil perdoa dívida de Moçambique

Durante a visita oficial do presidente Joaquim Chissano, dia 31 de agosto, o Brasil perdoou a dívida de Moçambique como parte de sua estratégia para fortalecer as relações com as economias em desenvolvimento. O processo de perdão da dívida moçambicana, que não é iniciativa do atual governo, iniciou-se em 2002 e faz parte de do tratado do Clube de Paris, do qual o Brasil é signatário. Do total de US\$ 331 milhões, o país perdoou US\$315 milhões, sendo que os US\$ 16 milhões restantes serão investidos na instalação de uma fábrica de anti-retrovirais, medicamento utilizado no tratamento da AIDS. Durante a visita foram assinados ainda acordos de cooperação nas áreas de segurança, comunicação, promoção da igualdade racial, formação de pessoal especializado em prisões e combate ao narcotráfico e lavagem de dinheiro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou também o interesse da Companhia Vale do Rio Doce em explorar reservas de carvão de Moçambique, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/09/04; O Globo – País – 01/09/04).